

COMPRAS PÚBLICAS

Ameipi alerta: região manda R\$ 994 milhões para outras cidades



Mais de 61% das compras públicas dos 15 municípios do Médio Piracicaba ainda são feitas fora da região, conforme dados de 2023 apresentados no 1º Fórum Regional de Boas Práticas em Compras Públicas da Ameipi, realizado ontem em Monlevade. O volume total atingiu R\$ 1,62 bilhão, sendo R\$ 994,4 milhões destinados a empresas de outras localidades. O presidente da Ameipi, Augusto Henrique, defendeu ações conjuntas para ampliar aquisições locais e fortalecer a economia regional, destacando que os números de 2024 e 2025 devem ser ainda maiores. **3**

REGISTROS

Prefeito de Itabira consegue derrubar no TJMG decisão que tinha suspendido seu salário de R\$ 33,3 mil

O prefeito de Itabira, Marco Antônio Lage (PSB), obteve uma vitória na Justiça. O juiz da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Renan Chaves Carreira Machado, derrubou a decisão de primeira instância que tinha suspendido o aumento do salário do prefeito, do vice Marco Antônio Gomes (PRD) e dos secretários municipais. Na mesma decisão, Renan Chaves Carreira Machado afirma que o aumento foi legal, pois respeitou o critério da anterioridade – ou seja, foi aprovado pela Câmara antes de Marco Lage e Marco Gomes tomarem posse para o segundo mandato.

A ação 1.0000.25.429520-7/001, contra o aumento salarial no governo, foi proposta por Maria Rosa de Paiva e tinha sido acatada pelo juiz André Luiz Alves, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Itabira, em outubro. A Prefeitura recorreu ao TJMG e a decisão favorável ao prefeito saiu anteontem. Ao analisar o caso, o juiz aceitou o argumento do Município de que ação civil pública não foi o recurso legal apropriado para pedir a suspensão do aumento salarial. “Não é autorizado o manejo da ação popular como via de controle abstrato de constitucionalidade de leis em tese; que somente a lei que se exaure em si mesma, produzindo efeitos jurídicos diretos e imediatos, pode ser impugnada por ação popular; que a fixação de subsídios, para cargos públicos, não possui caráter concreto no sentido jurídico-constitucional exigido para o cabimento da ação popular; que a ação popular não pode ser utilizada como sucedâneo de ação direta de constitucionalidade”, argumentou a Procuradoria-Geral do Município ao entrar com o pedido de agravo de instrumento contra a decisão de primeira instância.

No entendimento de Renan Machado, o instrumento correto para se questionar a constitucionalidade da lei 5.588/2024, que aprovou o aumento salarial dos políticos em dezembro do ano passado, seria uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) e não uma ação popular.

Em dezembro de 2024, o salário de Marco Lage foi reajustado em 25,3%. Ele passou a ganhar R\$ 33.341,83 contra os R\$ 26.609,60 que recebia até então. Com o mesmo índice, os salários do vice-prefeito e dos secretários subiram de R\$ 16.329,60 para R\$ 20.492,28.

Diário de Barão

Diretor Geral: **Luiz Müller**

CNPJ:15.440.525/0001-15 - Insc. Est. isento

circulação: de terça a sexta-feira
assinaturas para entrega domiciliar (perímetro urbano):
mensal: R\$ 21,80 - trimestral: R\$ 64,90 - anual: R\$ 258,90

Plantão de redação:

(31) 99739-3440
diariodebarao@gmail.com

rua Geraldo Cleofas Alves 10, sala 102, Centro
Barão de Cocais (MG) - CEP: 35970-000

CÂMARA DE MONLEVADE

Vereador negro vota contra aumento de cotas em concursos

Heverton Elias

DA REDAÇÃO

O vereador Sidney Bernabé (PL), que é negro, votou contra o projeto de lei 1.591/2025, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% das vagas em concursos públicos e processos seletivos para administração pública municipal em João Monlevade. A proposta de autoria do vereador Belmar Diniz (PT) foi aprovada ontem pela Câmara, em segundo turno, com 12 votos favoráveis e apenas um contrário.

Alysson Barcelos (Avante) se ausentou de forma justificada e o presidente da Câmara, Fernando Linhares (Podemos), só votaria nesse tipo de projeto se houvesse empate. Embora não seja o único vereador negro em Monlevade, apenas Sidney Bernabé votou contra o projeto, alegando que não é favorável à criação de cotas raciais.

“Quero abrir algumas discussões. Eu só acredito na educação. Eu acho que uma cota de 30% é muito alta. Aqui em Monlevade, a gente não tem uma população indígena tão grande assim, é muito pequena. Quilombolas aqui, quase não existem”, salientou Sidney Bernabé, para quem a educação e o esforço são soluções e as cotas apenas “dão vida fácil às pessoas”.

“Eu sou negro, meus pais também são. E eu só acredito na educação e no esforço próprio de cada pessoa. Tenho várias experiências na minha família, tenho parentes com deficiência física, surdo e mudo, e se esforçam para ter oportunidade. Então, quanto mais cotas a gente vai dando para as pessoas, mais fácil fica a vida delas. Isso talvez seja bom, mas eu acredito que tem que ter educação de qualidade. Se a nossa escola tiver qualidade, você não vai precisar de cota lá na frente”, destacou o



Sidney Bernabé foi o único a votar contra o projeto de cotas

vereador. Mesmo sendo da mesma legenda de Sidney Bernabé, o líder da oposição na Câmara, Sinval Jacinto (PL) discordou do colega e elogiou o autor da proposta. Como Monlevade já possuía uma lei municipal que tratava do assunto, a proposta de Belmar Diniz apenas atualizou o texto, para adequá-lo à lei federal 15.142/2025. “Quero parabenizar o Belmar pela proposta porque, mesmo tendo lei federal sobre o assunto, é bom o município deixar sua lei atualizada”, enfatizou.

O próprio autor do projeto justificou a alteração. “Respeito a opinião de quem é contrário a essa justiça. Sou branco, mas defendo a justiça. Defendo o direito de cada um e defendo o direito de oportunidade, tanto para os deficientes, quanto para os negros, para os idosos. O que eu puder contribuir para que as pessoas tenham oportunidade, não é uma esmola ou um presente, é questão de justiça”, reforçou Belmar Diniz.

Já o vereador Bruno Braga “Cabeção” (Avante) explicou que as cotas devem ser uma forma de promover justiça social e não uma muleta. “Não gosto de ser radical. Sou da linha de que as políticas públicas são necessárias. Acho que as pessoas não devem se escorar nisso. Tem gente que consegue progredir sem cotas, mas quando falamos de desigualdades, as políticas são necessárias”, disse.

Bruno Cabeção afirmou que seu voto expressa a visão dele sobre o papel do estado. “Nem todos pisam no mesmo chão. Isso não deveria existir, mas existe, é a realidade. Dentro deste contexto, nem todos têm as mesmas oportunidades e, de uma forma ponderada, temos que trabalhar para criar meios. O estado tem uma finalidade e dentro dessa finalidade ele tem a difícil missão de proporcionar equidade, não igualdade. Igualdade é dividir de forma igual, equidade é dividir de acordo com a necessidade de cada um”, justificou.

MÉDIO PIRACICABA MANDA PARA FORA R\$ 994,4 MILHÕES

Amepi alerta: região 'importa' 61% das compras públicas

Felipe Jácome

DA REDAÇÃO

Cerca de 61% das compras públicas realizadas pelos 15 municípios que compõem o Médio Piracicaba ainda são feitas fora da região. O dado foi apresentado durante o 1º Fórum Regional de Boas Práticas em Compras Públicas, promovido pela Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Piracicaba (Amepi). Segundo o relatório, de 2023, o volume total de compras públicas somou R\$ 1,62 bilhão, sendo R\$ 994,4 milhões desti-

nados a fornecedores de outras localidades e R\$ 621,3 milhões a empresas situadas nos próprios municípios.

O presidente da Amepi, Augusto Henrique da Silva (Cidadania), destacou a importância da união dos prefeitos para reverter esse cenário e fortalecer o comércio do Médio Piracicaba. Segundo ele, é fundamental ampliar as aquisições regionais para que o dinheiro circule entre as cidades e gere mais oportunidades de emprego e renda. Apesar de os dados serem de 2023, o presidente da Amepi, que é



Felipe Jácome

Augusto Henrique: alerta sobre compras públicas

prefeito de Rio Piracicaba, informou que os números de 2024 e 2025 serão ainda maiores.

"Se mais de 60% desse recurso não está aqui, significa que estamos literalmente perdendo dinheiro. É mais de um bilhão de reais que deixa de circular na região. E se mais de um bilhão de reais não está ficando, é preciso acender o sinal vermelho dos dois lados: do setor público e do setor privado. O setor público, organizado pela Amepi; o setor privado, pela Agir [Agência de Inovação e Desenvolvimento Regional Sustentável]. Nosso objetivo, em médio e longo prazo, é reverter esse cenário. Quanto mais recurso ficar aqui, melhor será para o desenvolvimento econômico", afirmou.

Durante o evento, o presidente da Agência de Inovação e Desenvolvi-

reter recursos e fomentar investimentos regionais. "Se fôssemos um município, seríamos o terceiro maior PIB de Minas Gerais. Mas, evidentemente, ainda há situações que nos levam a níveis de desenvolvimento aquém dessa riqueza gerada. E, para isso, a gente precisa realmente tomar conta e eliminar essa dependência – que é um discurso tão velho quanto a própria mineração –, essa dependência tão absurda da mineração", disse Eugênio Müller.

Ainda de acordo com o levantamento apresentado pela Agir, a região possui 42.403 CNPJs ativos, demonstrando forte capacidade produtiva e empreendedora, ainda, segundo Eugênio Müller, pouco explorada em políticas integradas entre o poder público e a iniciativa privada.

Quando questionado sobre quais estratégias a Agir propõe para promover o desenvolvimento regional de forma efetiva, Eugênio Müller citou a criação do polo de bioeconomia, já com a chancela da Assembleia Legislativa. Segundo ele, uma das ideias é o reaproveitamento do rejeito da mineração.

"O rejeito da mineração hoje pode ser matéria-prima para porcelanato, cerâmica, vidro e uma série de outros produtos. Estamos trabalhando muito fortemente com pesquisas em centros de inovação em Santa Catarina, para efetivar estudos e testes de bancada que identifiquem novos produtos, de modo que possamos dar uso comercial a esse rejeito, aproveitando

essa marca de território, porque ela é única no mundo", destacou o representante da Agir.

Ainda a respeito dessa possibilidade de diversificação econômica regional, Eugênio Müller citou que a areia que compõe a maioria do rejeito (cerca de 92% em média) é areia sílica, que permite uma produção constante. "Aproveitar isso como matéria-prima já extraída, que hoje é passivo e pode virar ativo, é uma saída extraordinária para a região. Mas, para isso, é necessária uma articulação muito forte entre prefeituras, governos e iniciativa privada, para que a gente realmente tracione esse processo. É um ponto mágico, um esforço gigantesco que precisamos fazer para que a região entenda isso como uma verdadeira riqueza", defendeu.

O evento - A programação do 1º Fórum Regional de Boas Práticas em Compras Públicas do Médio Piracicaba, realizado na sede da Amepi, em João Monlevade, contou com palestras, painéis e apresentações voltadas à gestão eficiente e ao fortalecimento das economias locais. O evento reuniu prefeitos, secretários municipais, gestores públicos e representantes do setor produtivo para discutir estratégias de desenvolvimento regional. Entre os destaques da programação estava Tatiana Rosmaninho, auditora do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), que tratou da importância da conformidade e da transparência nas compras públicas.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ASSOCIAÇÃO DOS CICLISTAS DE BARÃO DE COCAIS – ACBC

CNPJ: 43.194.329/0001-43

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS CICLISTAS DE BARÃO DE COCAIS – ACBC, nos termos do seu Estatuto Social, convida a todos os interessados para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se de forma virtual, através da plataforma [meet.google](https://meet.google.com/qrs-vsdp-dtt), no dia 21 de novembro de 2025, às 19h00, a fim de realizarmos a eleição e posse da Diretoria da entidade.

Link da Assembleia por videoconferência: <https://meet.google.com/qrs-vsdp-dtt>

Barão de Cocais - MG, 11 de novembro de 2025.

Daniel Bruno Pessoa do Carmo
Presidente - ACBC

MANDANDO DE VOLTA PARA A CIDADE DE ORIGEM

Câmara de BH aprova lei para 'devolver' moradores de rua

A Câmara Municipal de Belo Horizonte aprovou em 1º turno proposta com objetivo de apoiar quem vive em situação de vulnerabilidade social e deseja retornar à cidade de origem. De autoria do vereador Vile Santos (PL), a medida prevê o encaminhamento desse público para órgãos da cidade que possam viabilizar o transporte, suporte logístico para o envio de pertences pessoais e apoio na emissão de documentos necessários para o deslocamento. Contrário ao projeto, o vereador Pedro Patrus (PT) ressalta que a capital já tem uma política dedicada a migrantes.

“O vereador que fez esse projeto não conhece o Sistema Único de Assistência Social (Suas), que já conta com um amplo programa de proteção a pessoas em vulnerabilidade social”, disse. De acordo com o petista, é preciso projetos que “ampliem políticas públicas e não criminalizem a população mais pobre”. A aprovação do PL 227/2025 foi antecedida por intenso debate. Vereadores que apoiam a criação do programa “De volta para minha terra”, destinado a pessoas em vulnerabilidade social que apresentem “vínculo familiar ou comunitário com o local de destino”, alegaram que a medida contribui para a resolução de um grave problema da capital. De acordo com a proposta, a Prefeitura de Belo Horizonte ficará responsável por avaliar as solicitações apresentadas pelos interessados e manter o registro atualizado de todos os atendimentos realizados. Também deverá criar uma plataforma on-line e uma central de atendimento telefônico para consultas e solicitações. O autor, vereador Vile Santos, citou uma pesquisa realizada em 2022 que mostrou que 58,5% das pessoas em situação de rua não eram da capital mineira.

“Ninguém será expulso. Ninguém será amarrado e forçado a ir embora. Esse programa é para que a Prefeitura aja



Antônio Cruz / Agência Brasil

Moradores de rua que forem de outras cidades poderão pedir ajuda à Prefeitura para retornar à sua terra natal, diz o projeto

de forma ativa. É o projeto mais importante deste ano para a cidade de Belo Horizonte”, afirmou Vile Santos. O vereador Uner Augusto (PL) lembrou o exemplo de Florianópolis. Na capital de Santa Catarina, a Prefeitura implantou um programa para fazer a triagem de quem chega à cidade pela rodoviária.

“A administração municipal aborda as pessoas que descem dos ônibus e questiona se está a trabalho ou a passeio, se está com todos os documentos, se tem familiares no município. Hoje, fizemos uma indicação para que a Prefeitura de Belo Horizonte adote aqui o mesmo programa”, admitiu.

Na mesma reunião, foi aprovado também em primeira votação o PL 148/2025, que cria o endereço social para pessoas em situação de rua. A medida visa instituir um local

para que essas pessoas possam receber correspondências e encomendas, além de registrar o endereço em currículos para concorrerem a vagas de emprego ou usarem em cadastros sociais. Os dois projetos de lei voltam agora para as comissões, para análise de emendas. Para serem aprovados em definitivo e seguirem para sanção ou veto do Executivo, precisam do voto favorável da maioria dos parlamentares de Belo Horizonte, 21 dos 41 vereadores.

De acordo com os autores do projeto, Pablo Almeida (PL), Sargento Jalyson (PL), Uner Augusto e Vile Santos, o endereço social também pode ser utilizado para o registro em cadastros sociais e em programas assistenciais. A pessoa interessada em aderir deverá comprovar que se encontra em situação de rua e fornecer in-

formações pessoais para registro e manutenção de serviço.

“Nós acreditamos que a única forma de retirar as pessoas da miséria é dar a elas oportunidades. É isso que esse projeto propicia”, declarou Pablo Almeida. As emendas serão analisadas pelas comissões de Legislação e Justiça; de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor; de Administração Pública e Segurança Pública; e de Orçamento e Finanças Públicas, antes que possam ser apreciadas novamente pelo plenário.

Desobstrução - Após intensos debates e manifestações da sociedade civil, o projeto de lei 173/2025 foi aprovado em 1º turno ontem. A proposição determina que a Prefeitura de BH faça a retirada de elementos colocados em vias públicas que estejam obstruindo o ca-

mino de pedestres ou de veículos. Braulio Lara (Novo), autor do projeto, declarou que a aprovação foi “um passo muito importante” e que não se trata de “uma guerra social”, mas que o objetivo “é sim encaminhar uma solução para isso”.

O PL, que obteve 26 votos favoráveis, retorna agora para as comissões para análise das emendas. Para ser aprovado em definitivo, o texto precisa novamente de 21 votos. Segundo o autor, o PL busca desobstruir vias públicas e passeios sempre que a circulação for prejudicada, retirando todos os elementos que caracterizem estrutura permanente e estejam em desacordo com a legislação. Ainda segundo Braulio Lara, o trabalho que está sendo realizado tem o objetivo de “devolver uma vida digna para as pessoas em situação de rua”.